

EMPRESA
TERMOELECTRICA PORTUGUESA

S. A. R. L.

RELATÓRIO

DO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO

E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 1956

SEDE
RUA DO BOLHÃO, 72-3.º
PORTO

EXERCÍCIO DE 1956



Electricidade de Portugal
EDP/ Empresa Pública

Museu de Electricidade

Data _____

Número _____

Classif. _____

Orgem _____

EMPRESA TERMoeLECTRICA PORTUGUESA

S. A. R. L.

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores Accionistas para reunir em Assembleia Geral Ordinária, na sede social, Rua do Bolhão, 72-3.º, pelas 15 horas do dia 13 de Março do corrente ano, com a seguinte ordem do dia:

- 1.º — Discutir, aprovar ou modificar o Relatório e Contas do Conselho de Administração e o Parecer do Conselho Fiscal;
- 2.º — Proceder às eleições previstas no n.º 2.º do artigo 25.º e no artigo 37.º dos Estatutos.

Nos termos do artigo 23.º dos Estatutos, podem os Accionistas fazer-se representar por outro Accionista, para o que basta uma carta dirigida ao Presidente da Mesa, até 3 dias antes do fixado para a Assembleia Geral e firmada em termos que não dêem lugar a dúvidas sobre a identidade do representado.

Porto, 20 de Fevereiro de 1957.

O Presidente da Assembleia Geral
Pela COMPANHIA HIDRO ELÉCTRICA
DO NORTE DE PORTUGAL (CHENOP)

a) *Dr. Alberto Cruz*

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACCIONISTAS:

1—O fim do terceiro exercício da nossa gerência—correspondendo a pouco mais de dois anos e meio de actividade—vem encontrar as obras da Central da Tapada do Outeiro em franco desenvolvimento. Depois de ano e meio de preparação do anteprojecto—porque nenhum estudo estava feito à data da constituição da Sociedade—foi possível durante o Outono de 1955 comprar terrenos, começar as obras e adjudicar os primeiros fornecimentos do equipamento electro-mecânico.

Na continuação deste trabalho, a actividade do ano findo foi particularmente intensa; elaboraram-se projectos de pormenor e adjudicaram-se, com ressalva de pequenos órgãos acessórios, todo o equipamento electro-mecânico e todas as obras de construção civil.

Este facto permitiu-nos adquirir duas certezas agradáveis. A primeira, de que a data de entrada em serviço da central, prevista desde início para o Verão de 1958, se mantém ainda válida, se os fornecedores dos equipamentos não atrasarem as entregas prometidas; a segunda, de que o custo da obra, fixado no anteprojecto em 260.000 contos, não excederá esta previsão em mais de 5%.

2—Estão feitos os contratos com a Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova e a Empresa Carbo-

nífera do Douro para o fornecimento de carvão, pelo prazo de 5 anos, prorrogável por iguais períodos; a entrega de carvão começa no próximo dia 1 de Julho.

As entregas anuais de cada mina têm o limite máximo de 80.000 toneladas; o parque de 500.000 toneladas, que nos foi fixado por despacho do Ministério da Economia, permite-nos, com as entregas contratuais, assegurar o trabalho contínuo em plena carga do nosso primeiro grupo de 50.000 kW pelo período de um ano e meio — o que parece superabundante para o serviço de apoio; observamos, porém, que a central está prevista para a montagem de três grupos, dos quais os dois primeiros serão alimentados com carvão nacional, consumindo todo o que se presume disponível, e o terceiro virá a ser talvez a primeira unidade nuclear portuguesa, se o estado da técnica o aconselhar e não parecer prudente recorrer a combustíveis de importação.

O combustível nacional será conduzido das minas à central por dois transportadores aéreos compreendidos no nosso equipamento; o que vem do Pejão foi projectado, por determinação oficial, para escoar a totalidade do carvão produzido por aquela mina, sendo carregado em barcas, junto da central, aquele que não se destinar ao nosso consumo; evita-se desta forma a dificuldade de navegação que o assoreamento do rio a montante da central origina nos períodos secos.

Os encargos resultantes deste serviço do transportador estão cobertos por uma taxa de transporte prevista no contrato.

3—De acordo com a autorização dada pela Assembleia Geral Ordinária de Março de 1956 e dentro do programa do Fundo de Fomento, fez-se no ano findo uma emissão de 45.000 contos de obrigações de 5%; além disso fez-se em Novembro a 3.ª chamada de capital, no valor de 25° (22.500 contos), a qual já veio a realizar-se no princípio do ano corrente.

O ano que corre será o de maiores encargos nesta fase da empresa, por haver que pagar prestações do material encomendado, estarem em pleno desenvolvimento as empreitadas dos edifícios e outras obras de construção civil, e começar a compra de carvão; a previsão desses encargos é de 130.000 contos. Para lhes fazer face, anunciou-se já a chamada dos últimos 25% do capital inicial, vai fazer-se nova emissão de 45.000 contos de obrigações, autorizada pela Assembleia Geral Extraordinária de 4 de Fevereiro corrente, e haverá, mais para o fim do ano, que proceder ao aumento do capital social, previsto nos Estatutos e apontado no programa do Fundo de Fomento como única fonte possível, por não ser reputado viável um empréstimo deste organismo.

4—O Balanço e o desenvolvimento da conta de Exercícios Findos, dão ideia do avanço das nossas construções; vai em 74.500 contos o Activo Imobilizado em 31 de Dezembro e atingem 148.353 contos os compromissos assumidos por material encomendado. O aumento de cerca de 1.000 contos verificado nas despesas deste exercício em relação às do anterior é devido, na sua maior parte, ao montante dos juros das obrigações, que se venceram no ano findo pela primeira vez.

5—De acordo com o § 1.º do art.º 10.º, § 1.º do art.º 16.º, art.º 24.º e art.º 37.º dos Estatutos, deverá a Assembleia Geral eleger a sua mesa, três membros do Conselho de Administração e dois do Conselho Fiscal e dois accionistas para a Comissão de Vencimentos.

Nos termos do art.º 36.º dos Estatutos, é permitida a reeleição, uma ou mais vezes, para todos os cargos sociais.

6—Em Novembro findo receberam as obras da Central da Tapada do Outeiro a visita de Sua Excelência o Presidente da República acompanhado de Suas Excelências os

Ministros das Obras Públicas e da Economia. O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pela honra da visita e toma-a como estímulo do seu propósito de bem cumprir.

Para findar, o Conselho de Administração agradece a colaboração dedicada do Conselho Fiscal e a solicitude com que todo o pessoal se tem devotado à obra em que estamos empenhados.

Porto, 9 de Fevereiro de 1957.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Nascimento Ferreira Dias Jr. - Presidente
(Companhia Nacional de Electricidade)

António Leite Paes de Faria - Administrador-Delegado

José Albino Machado Vaz

Augusto Farinas d'Almeida
(Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova)

Mamede Mendes de Sousa Fialho
(União Eléctrica Portuguesa)

BALANÇO
E
RESULTADOS GERAIS

EMPRESA TERMOELÉCTRICA PORTUGUESA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1956

ACTIVO				PASSIVO	
DISPONÍVEL				EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	
Caixa	131.210\$30			Contas Correntes (Saldos Credores)	1.227.613\$30
Bancos	14.125.790\$50	14.257.000\$80		Juros de Obrigações a Pagar	658.722\$30
REALIZÁVEL				EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Accionistas	45.000.000\$00			Obrigações	45.000.000\$00
Participações Financeiras	15.800\$00			SITUAÇÃO LÍQUIDA	
Contas Correntes (Saldos Devedores)	2.901.787\$20	48.230,354\$90		INICIAL	
Existências	312.767\$70			Capital — Acções	90.000.000\$00
IMOBILIZADO				ACUMULADA	
FIXO				Provisões	15.090\$90
Móveis e Utensílios	468.131\$50			RECTIFICATIVA	
Material de Transportes - Viaturas	108.630\$00			Reintegrações	104.276\$00
Central da Tapada do Outeiro	24.435.512\$30	28.310.402\$70		CONTAS DE ORDEM	
Encargos Gerais das Construções	3.298.128\$90			Credores por Material Encomendado	148.353.271\$40
DE TRANSIÇÃO				Credores por Cauções Estatutárias	300.000\$00
Despesas de Constituição	1.166.026\$20			Credores por Garantias Bancárias	3.294.388\$90
Fornecedores de Equipamento — Pagamentos Antecipados	39.182.346\$50			Credores por Cauções Diversas	4.800.000\$00
Encargos do Material Encomendado	53.971\$70				156.747.660\$30
Encargos de Emissão	427.970\$40				
Exercícios findos:					
Exercício de 1954	1.040.953\$70				
Exercício de 1955	1.662.869\$30				
Exercício de 1956	2.673.806\$30	46.207.944\$10	74.518 346\$80		
CONTAS DE ORDEM					
Material Encomendado	148.353.271\$40				
Cauções Estatutárias	300.000\$00				
Garantias Bancárias	3.294.388\$90				
Cauções Diversas	4.800.000\$00	156.747.660\$30			
			293.753.362\$80		
					293.753.362\$80

Porto, 9 de Fevereiro de 1957

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Carlos Barata Gagliardini Graça

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Nascimento Ferrelra Dias Jr. - Presidente
(Companhia Nacional de Electricidade)

António Leite Paes de Faria - Administrador - Delegado

José Albino Machado Vaz

Augusto Farinas d'Almeida

(Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova)

Mamede Mendes de Sousa Fialho

(União Eléctrica Portuguesa)

EMPRESA TERMoeLECTRICA PORTUGUESA

DESENVOLVIMENTO DA CONTA «EXERCÍCIOS FINDOS»

EXERCÍCIO DE 1956

DÉBITO		CRÉDITO	
DESPESAS GERAIS		ENCARGOS E LUCROS FINANCEIROS	
ADMINISTRAÇÃO		Juros Bancários	165.611\$40
Pessoal	951.759\$20	SALDO	2.673.806\$30
Deslocações e Ajudas de Custo	92.443\$40		
Artigos de Exped. e Impressos	33.146\$50		
Telefones, Correios e Telégrafos.	52.862\$70		
Impostos e Licenças	29.806\$10		
Rendas	93.000\$00		
Diversos	84.722\$60		
	1.337.740\$50		
ESTUDOS E SERVIÇOS TÉCNICOS			
Pessoal	495.535\$80		
Deslocações e Ajudas de Custo	40.474\$40		
Diversos	69.830\$20		
	605.840\$40		
VIATURAS C/ EXPLORAÇÃO			1.943.580\$90
			6.054\$10
ENCARGOS E LUCROS FINANCEIROS			
Despesas Bancárias	96.823\$90		
Juros de Obrigações	750.000\$00		846.823\$90
REINTEGRAÇÕES			42.958\$80
			2.839.417\$70
			2.839.417\$70

Porto, 9 de Fevereiro de 1957

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Carlos Barata Gagliardini Graça

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Nascimento Ferreira Dias Jr. - Presidente
(Companhia Nacional de Electricidade)

António Leite Paes de Faria - Administrador - Delegado

José Albino Machado Vaz

Augusto Farinas d'Almeida
(Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova)

Mamede Mendes de Sousa Fialho
(União Eléctrica Portuguesa)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

SENHORES ACCIONISTAS:

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, seguiu o Conselho Fiscal com a maior atenção a evolução da vida administrativa da empresa, examinando periódicamente as contas que encontrou sempre em boa e devida ordem.

É grato ao Conselho Fiscal salientar a inteligente acção desenvolvida pelo Conselho de Administração no decorrer do exercício findo, quer na resolução dos problemas técnicos ou administrativos tendentes a assegurar a entrada em serviço da Central da Tapada do Outeiro em meados de 1958, conforme inicialmente fora previsto, quer naqueles envolvendo colaboração com outras empresas.

Deve ainda o Conselho Fiscal realçar o cuidado posto pelo Conselho de Administração na elaboração do programa financeiro da empresa, tomando com prudente oportunidade as disposições necessárias à sua realização.

De acordo com os Estatutos, haverá que proceder à eleição da Mesa da Assembleia Geral, dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Comissão de Vencimentos, indicados no relatório do Conselho de Administração.

Nestes termos, o Conselho Fiscal tem a honra de propor:

- 1.º—que aproveis o relatório e contas relativos ao exercício findo;
- 2.º—que aproveis um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma como se desempenhou das suas funções;

3.º—que procedais à eleição da Mesa da Assembleia Geral, de três membros do Conselho de Administração, de dois do Conselho Fiscal e de dois accionistas para a Comissão de Vencimentos.

Porto, 20 de Fevereiro de 1957.

O CONSELHO FISCAL

Agnelo Galamba de Oliveira — Presidente

Carlos Garcia Alves

(Companhias Reunidas Gás e Electricidade)

António de Miranda e Abreu Teixeira de Vasconcelos

(Hidro - Eléctrica do Douro)

